

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXX-UF**

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, portadora do RG nº XXXXXXXX e inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX residente e domiciliada no ENDEREÇO, CEP: XXXXX-XXX, telefone: (XX) X XXXX-XXXX, *e-mail* XXXXXXX@XXXX.com e

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, portadora do RG nº XXXXXXXX e inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX residente e domiciliada no ENDEREÇO, CEP: XXXXX-XXX, telefone: (XX) X XXXX-XXXX, *e-mail* [XXXXXX@XXXX.com](mailto:XXXXXX@XXXX.com) vêm por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – NÚCLEO DE XXXXXXXXX**, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 5478/68, ajuizar

**EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS**

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, portadora do RG nº XXXXXXXX e inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX residente e domiciliada no ENDEREÇO, CEP: XXXXX-XXX, telefone: (XX) X XXXX-XXXX, demais dados desconhecidos, vêm por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – NÚCLEO DE XXXXXXXXX**, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 5478/68, ajuizar

## DOS FATOS

O Réu, avô dos Autores está obrigado a pagar X% dos seus rendimentos brutos a título de natureza alimentícia avoenga diante de acordo homologado na ° Vara Cível da Circunscrição Judiciária de XXXXXXXX diante do processo de nº XXXX.XX.XXXXXX-X.

Por ora os autores vêm manifestar que não mais necessitam da contribuição do Réu, dado que esta obrigação se dava de forma subsidiária e o mesmo já contribuía tempo necessário para que estes tenham seu próprio proveito econômico.

Diante do binômio necessidade e possibilidade, os autores não mais necessitam dos auxílios empregados pelo Réu, em razão dos autores terem hoje condições necessárias para se manterem. A primeira Autora no momento estar a concluir o nível superior e o segundo Autor está empregado e é gerente comercial.

Dado o exposto, os Autores apresentam suas pretensões na realização da exoneração da obrigação alimentícia do Réu, sendo que por não terem contato com o mesmo, o processo é feito de forma litigiosa.

## DO DIREITO

É cediço que o quantum fixado nas prestações alimentícias não transita em julgado, podendo ser revisto a qualquer tempo se alteradas as condições financeiras do alimentante e/ou do alimentado. É a aplicação, em concreto, da cláusula rebus sic stantibus.

Cumpre analisar o disposto nos arts. 1.694 e 1.699 do Código Civil, no pertine à obrigação alimentar:

*"Art. 1699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo."*

*"Art. 1694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação."*

*§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.*

*§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia."*

Desta feita, há de se considerar, que houve mudança, na situação financeira dos Autores, uma vez que encontram-se trabalhando, e percebendo sua própria remuneração.

Assim, atendendo ao binômio necessidade-possibilidade, percebe-se facilmente, que a alteração na condição financeira dos Autores, autorizando a exoneração ora pleiteada, nos termos das disposições contidas no art. 13 da Lei nº 5.478 - Lei de Alimentos - no que respeita à possibilidade de se modificar, a qualquer tempo, a pensão estabelecida, em razão da alteração do binômio necessidade-possibilidade:

*"Art. 13. O disposto nesta lei aplica-se igualmente, no que couber, às ações ordinárias de desquite, nulidade e anulação de casamento, à revisão de sentenças proferidas em pedidos de alimentos e respectivas execuções.*

*§ 1º Os alimentos provisórios fixados na inicial poderão ser revistos a qualquer tempo, se houver modificação na situação financeira das partes, mas o pedido será sempre processado em apartado."*

*"Art. 15. A decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados."*

## **DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS**

Diante do exposto, pede-se e requer:

- a) Os benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98, do CPC;

b) A citação do réu para comparecer na audiência de instrução, conciliação e julgamento, e querendo conteste a presente demanda, sob pena de revelia;

b) Dispensa da oitiva do ilustre membro do Ministério Público, considerando a inexistência de interesse de incapaz, dado que os Autores possuem maioridade civil.

c) que ao final a demanda seja julgada procedente para se exonerar o Requerido da obrigação alimentícia a favor dos Autores, sendo expedido ofício a seu empregador para que cessem os descontos;

Valor da causa: **R\$ X.XXX,XX**

Nesses termos

Pede deferimento

XXXXXXX/UF, DIA de MÊS de ANO.